

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.860 - SP (2019/0246249-4)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : EDSON LEANDRO ROSSI**  
**ADVOGADOS : RUBENS CONTADOR NETO - SP213314**  
**GUSTAVO DE LIMA CAMBAÚVA - SP231383**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA VIA BACENJUD. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO ESPECÍFICO DO EXEQUENTE. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE ATIVOS FINANCEIRO. BACENJUD. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PEDIDO ESPECÍFICO AFASTADA. OFÍCIO Nº 10/2017/PSFN.

1 - Houve determinação de bloqueio via Bacenjud, com base em requerimento formulado pela exequente, explicitado no Ofício n. 10/2017/PSFN Bauru/GAB, de 18/1/2017, registrado no SEI 0001237-10.2017.4.03.8001, objetivando a adoção "em caráter geral, nos processos de execução por ela movidos e em tramitação perante esse juízo, medidas de constrição de ativos financeiros e de veículos, com utilização, respectivamente, dos convênios/sistemas BACENJUD e RENAJUD"

2 - O Ofício em questão é suficiente para legitimar a solicitação de bloqueio Bacenjud na execução fiscal originária. Precedente.

3 - Na petição inicial da execução fiscal consta pedido de penhora de tantos "bens quanto bastem a plena execução da dívida", o qual, juntamente com o ofício acima mencionado, fundamenta a penhora efetuada pelo R. Juízo a quo.

4 - Agravo de Instrumento IMPROVIDO.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente aponta ofensa ao art. 854 do CPC/2015, alegando, em síntese, que:

Houve expressa violação do artigo 854 do NCPC, bem como dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e o acórdão proferido no Agravo Regimental em Recurso Especial nº 48.136 -RS (2011/0217994-6), e, também, o acórdão proferido no julgamento do AI nº 0002902-69.2016.4.02.0000 TRF2, ao permitir o bloqueio de valores via BACENJUD sem o pedido expresso da Exequente, ora Recorrida.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

# Superior Tribunal de Justiça

O recurso foi admitido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo n. 3, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A orientação dessa Corte Superior é no sentido de que ofício administrativo endereçado à secretaria do juízo não supre a necessidade da prática do respectivo ato processual, a cargo da parte (exequente). Com efeito, "a constrição de ativos financeiros da executada pelo sistema BACENJUD exige o requerimento expresso da exequente, não podendo ser determinada *ex officio* pelo magistrado" (REsp 1546906/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 21/03/2018).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA *ON LINE*. BACENJUD. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DA EXEQUENTE. DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ. IMPOSSIBILIDADE. ART. 655-A DO CPC/1973.

1. Cinge-se a controvérsia a saber se o juiz pode determinar, de ofício, a penhora via Bacenjud.

2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a constrição de ativos financeiros da parte executada, por meio do Sistema Bacenjud, na vigência do CPC/1973, depende de requerimento expresso da exequente, não podendo ser determinada *ex officio* pelo magistrado.

3. Merece reforma, portanto, o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, por destoar do STJ.

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1684371/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 09/10/2017)

Assim, merece reforma o acórdão recorrido, a fim de que eventual penhora de ativos financeiros seja precedida de prévio requerimento do exequente.

Diante do exposto, com base no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator